


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000361-87.2017.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito**
 Exeqüente: **JUCIMAR SEBASTIÃO DO NASCIMENTO**
 Executado: **RISOCLEIDE RIBEIRO DE SOUZA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Jucimar Sebastião do Nascimento move ação de cumprimento de sentença em contra **Risocleide Ribeiro de Souza**, alegando-se credor da ré em razão da sentença proferida nos autos nº 0000759-95.2010.8.26.0233, ocasião em que houve condenação no importe de R\$ 19.950,00 (dezenove mil, novecentos e cinquenta reais).

O prazo prescricional aplicável à hipótese em exame é o quinquenal, por se tratar de pretensão de cobrança de dívida líquida, constante de instrumento particular (CC, art. 206, §5º, inc. I), que foi reconhecida pela r. sentença proferida nos autos originários e transitada em julgado em 30 de setembro de 2011, conforme se denota do extrato processual copiado a fls. 55/58 dos autos digitais.

Isso porque, um crédito reconhecido em decisão judicial não pode ser eterno, devendo ser exercida a pretensão executória para recebimento daquele dentro do prazo prescricional, que por disposição legal, é o mesmo da pretensão que possuía o autor para constituição do crédito.

O presente cumprimento de sentença foi distribuído em 29/03/2017, após decorridos mais de cinco anos, portanto deve ser reconhecida a prescrição da pretensão da parte autora.

Ante o exposto, **julgo extinta a presente execução**, com resolução de mérito pela ocorrência da prescrição, nos termos do artigo 487, II, do Código de Processo Civil, c.c. Artigo 332, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.

Deixo de condenar a autora em honorários advocatícios, por não haver o executado constituído advogado nos autos.

Interposta apelação, viabilize-se a apresentação de contrarrazões e subam os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 01 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**